PARCERIAS LOCAIS
EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Guia de Implementação do Plano de Ação Local de EDCG

A experiência de Santa Maria da Feira (SMF) na elaboração do primeiro Plano de Ação de Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global (EDCG) a nível concelhio – passos, lições e fatores críticos deste processo pioneiro de transposição da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED) para o contexto de um território local.

#0 Fazer um processo de EDCG

Assumir e planear o processo de conceção do Plano como um processo de EDCG – um fim em si mesmo, ao longo do qual se promovem princípios e aprendizagens sobre EDCG, o diálogo e trabalho colaborativo entre atores do território.

#1 Diagnóstico do Território

Desenvolvimento de trabalho técnico de diagnóstico e mapeamento da EDCG no território, designadamente através de:

- Análise documental e bibliográfica de documentação relevante a nível nacional e municipal, com destaque para os documentos de orientação estratégica;
- Inquérito por questionário, entrevistas e workshops com atores locais.

Este diagnóstico permite **identificar os parceiros** potenciais do Plano, bem como os **diferentes tipos de práticas** que poderão ser integradas e potenciadas pelo mesmo, designadamente:

1. Iniciativas e projetos já assumidos como EDCG
2. Práticas que, não sendo concebidas como tal, podem ser enquadradas pela EDCG;
3. Outras iniciativas que, integrando ou aprofundando determinadas dimensões, poderiam ser potenciadas pela EDCG.

Simultaneamente, permite inventariar as necessidades do território com base nas quais se identificam as prioridades do Plano de Ação.

Ética
Transformação Social
Organização Coletiva
Territorialidade
Processo de Aprendizagem
Pensamento Crítico
Experimentação e Participação
Alteridade e Interdependência

	Mapeamento de Práticas e Atores de EDCG		Sessões comunitárias
	Campanha de sensibilização		
	Ações		

Estratégia Política #2

Um plano de ação concelhio carece do **envolvimento da administração pública local.** Para tal, faz-se necessário conhecer a história e cultura política do local, perceber onde há espaços de abertura à EDCG e quais os agentes e técnicos municipais que podem ser aliados neste processo. A ambição de assumir a EDCG como uma abordagem transversal, com potencial de implicação nas várias áreas de política municipal e de intervenção das organizações locais (cultura, ação social, desenvolvimento local, ambiente, mobilidade, saúde, segurança, etc.) exige um trabalho continuado, de médio e longo prazo, no sentido de estabelecer **parcerias e compromissos** entre diferentes órgãos do poder local e diferentes entidades e organizações públicas e privadas. Essa temporalidade mais longa pode não se coadunar com a lógica de projeto, obrigando a fazer opções: começar pelos setores com maior abertura e proximidade à EDCG.

No caso de SMF, a opção passou por dar prioridade à divisão de educação (que sofreu uma mudança de vereação a meio do processo) e aos pontos de contacto que já existiam com o município. Por sua vez, a preocupação com o cumprimento de prazos fez-se em detrimento de alcançar um maior compromisso político e corresponsabilização do município na governança do Plano. Ainda assim, perspetiva-se a primeira versão do Plano como o início de processo que se pretende continuar a ampliar e a fortalecer politicamente.

de diálogo		Construção de um Plano de Ação Concelhio
Ações de capacitação sobre EDCG		Ações de Disseminação
de EDCG		

#3 Parcerias abrangentes e Participação

A iniciativa do Plano de Ação parte do estímulo e liderança inicial de um núcleo de agentes locais, mas deve evoluir para o estabelecimento de **parcerias abrangentes** e a abertura à **participação da comunidade**, desenvolvendo uma **visão partilhada** do Plano. Uma abordagem participada contribui também para a apropriação da EDCG e da ENED ao nível do território através da implementação de **metodologias participativas** e do envolvimento de uma pluralidade de atores locais – um **processo de aprendizagem, tomada de consciência e comprometimento para com a EDCG**. O grau de organização e dinamismo da sociedade civil pode ser um fator facilitador ou obstrutor destes esforços.

No caso de SMF, o processo foi liderado por duas ONGD com histórico de intervenção no território. Além das ações realizadas no processo de diagnóstico e mapeamento (passo #1), realizaram-se várias ações de sensibilização e capacitação e assumiu-se o princípio chave de conversar individualmente com os responsáveis de diferentes sectores do executivo autárquico com quem já havia relações de proximidade (ambiente, cultura, juventude, educação, turismo, comunicação) e com as direções dos nove agrupamentos escolares do município.
Estas ações visam promover o comprometimento dos atores locais para com a coconstrução e futura implementação do Plano de Ação, numa lógica de potenciar o trabalho em parceria e a sustentabilidade do plano.
Mais uma vez, tendo em conta o os prazos definidos para o desenho do Plano, colocaram-se alguns limites no comprometimento de outros atores, agravados pela eclosão da pandemia de Covid-19 durante o processo. Optou-se por ser menos ambicioso e mais minucioso em relação aos atores envolvidos, começando por aqueles potencialmente mais próximos do universo da EDCG e, como tal, não concretizando, ainda, a intenção de envolver uma maior diversidade de setores neste processo.

Modelo de governança #4

A implementação e monitorização do Plano de Ação pressupõe a colaboração e compromisso dos atores locais, bem como o envolvimento estratégico do Município, no sentido de **partilhar responsabilidade de decisão, liderança e implementação**. Para assegurar esta condição de sucesso são contemplados dois vetores de ação primordiais: por um lado, apostar na **visibilidade e credibilidade externa** do Plano, bem como a promoção de um **contexto local favorável** ao reconhecimento e desenvolvimento do Plano e da EDCG (comunicação interna e externa); por outro lado, garantir o **compromisso dos atores com as ações mais estruturantes**, o que deverá ser formalizado através de protocolos de parceria e compromisso. Caberá aos atores locais definir a sua responsabilidade para com as diferentes ações previstas, prevendo-se a constituição de um **grupo de trabalho** para facilitação, cuidado e acompanhamento da implementação do Plano, composto por representantes da câmara, OSC, ONGD e direções de agrupamento.

O Plano de Ação deverá ser alvo de **monitorização regular** por parte do grupo de trabalho, através do desenvolvimento de instrumentos e mecanismos de recolha de informação junto das entidades responsáveis por cada ação.
A abrangência e ambição concelhia pressupõe também uma forte capacidade de **mobilização de recursos** (materiais e imateriais) por parte dos diferentes atores e uma perspetiva proativa na procura de novas fontes de financiamento e formas de concretização dos seus objetivos.

O Plano parte de uma programação focalizada no médio prazo, indicando os objetivos a prosseguir com base nas necessidades identificadas, que deverão ser progressivamente reavaliados e programados, acompanhando também os futuros desenvolvimentos da ENED e a evolução da realidade territorial específica onde se está a intervir.